

HABEAS CORPUS Nº 487.814 - GO (2019/0000315-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : LEANDRO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO : LEANDRO PEREIRA DA SILVA - GO032821
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : ELIANE LOPES DE SENA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ELIANE LOPES DE SENA apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Depreende-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, por suposta prática do crime tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Impetrado prévio *writ* na origem, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 240/242).

Alega-se, na presente impetração, que o decreto de prisão preventiva carece de fundamentação concreta, circunstância que autorizaria a superação do óbice da Súmula n. 691/STF.

Requer-se, diante disso, a concessão de liminar a fim de revogar a prisão cautelar imposta com a respectiva expedição de alvará de soltura.

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 144/145).

Informações prestadas às e-STJ fls. 148/152.

Parecer ministerial pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fls. 161/163).

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações prestadas pelo Tribunal de origem, verifica-se que a paciente, na data de 15/1/2019, foi beneficiada com a concessão da liberdade provisória.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial concedendo à ora paciente o benefício da liberdade provisória, o presente *habeas corpus*

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

– que objetivava, justamente, a liberdade da paciente – perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

